



**MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO Nº 115/2015**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015**  
**REVOGAÇÃO**

Vislumbrando os autos, entendo não ser cabível a convalidação do ato licitatório. Isto porque, encerrada a fase de apresentação das propostas, não há parâmetro objetivo para negociar o preço com o particular.

O parecer jurídico esclarece que, verificada a impossibilidade de convalidação do ato administrativo, deve ser promovida a revogação do certame nos termos da Súmula 473 do STF.

Pois bem.

O processo licitatório tem por objetivo encontrar a proposta mais vantajosa para a Administração, o que não foi obtido no presente certame. O valor encontrado está bem superior ao atualmente contratado, o que por si só justifica o desinteresse e inoportunidade da Administração em homologar a licitação.

Pelo Pregoeiro, foi dito que “os preços negociados no pregão ora citado, apesar de se encontrarem dentro do preço médio constante nos orçamentos do processo, estão superiores aos valores pagos atualmente através do contrato nº 159/2014, firmado com a mesma empresa vencedora do pregão, VOVÓ LULU ALIMENTAÇÕES LTDA-EPP”.

Constatou-se, em um dos itens, um aumento de 37,03%. valor este altamente superior ao IPC no mesmo período, que foi de 11,52%.

A revogação da licitação, além de ter amparo legal no art. 49 da Lei nº 8.666/93, é acolhida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que assim expressa:

Processo: RMS 23402 PR 2006/0271080-4  
Relator(a): Ministra ELIANA CALMON  
Julgamento: 18/03/2008  
Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA  
Publicação: DJe 02/04/2008



# MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EMENTA: ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO  
ELETRÔNICO REVOGAÇÃO CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.
2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.
3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.
4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.
5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.
6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.
7. Recurso ordinário não provido.

Como se vê, é de flagrante interesse público que seja realizado novo processo licitatório, com a finalidade de encontrar uma proposta mais vantajosa para o Município, atendendo-se assim ao interesse público.

Ademais, não possui a empresa licitante qualquer direito adquirido, senão uma mera expectativa de direito, que não pode ser objeto de questionamento nas vias judiciais.

A revogação se baseia em razões de interesse público, pois visa proteger o erário; funda-se em fato superveniente, que são os lances realizados pelas licitantes; tais fatos estão documentalmente comprovados no presente processos; e demonstram-se pertinentes e suficientes para justificar a revogação.

Por todo o exposto, determino a **REVOGAÇÃO** do certame, bem como pela realização de novo processo licitatório, ao qual deve ser atribuída ampla publicidade.

Patos de Minas, 21 de Julho de 2015.

**Samir Vaz Vieira Rocha**  
Secretário Municipal de Administração Interino